



PROPOSIÇÃO DE CURSOS E VAGAS NO IFRS

Um manual orientador

PROPOSIÇÃO DE CURSOS E VAGAS NO IFRS

Relatório técnico apresentado pela mestranda Bianca Eloize Moro ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede, sob orientação da docente Profa. Dra. Larissa de Lima Trindade, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.



Contexto de aplicação da proposta	04
-----------------------------------	----

Público-alvo da proposta	05
--------------------------	----

Situação problema	06
-------------------	----

Objetivo da proposta	10
----------------------	----

PTT – Proposta de Intervenção	11
-------------------------------	----

Autoria da Proposta	20
---------------------	----

Referências	21
-------------	----

Protocolo de Entrega da Proposta aos Praticantes	22
--	----

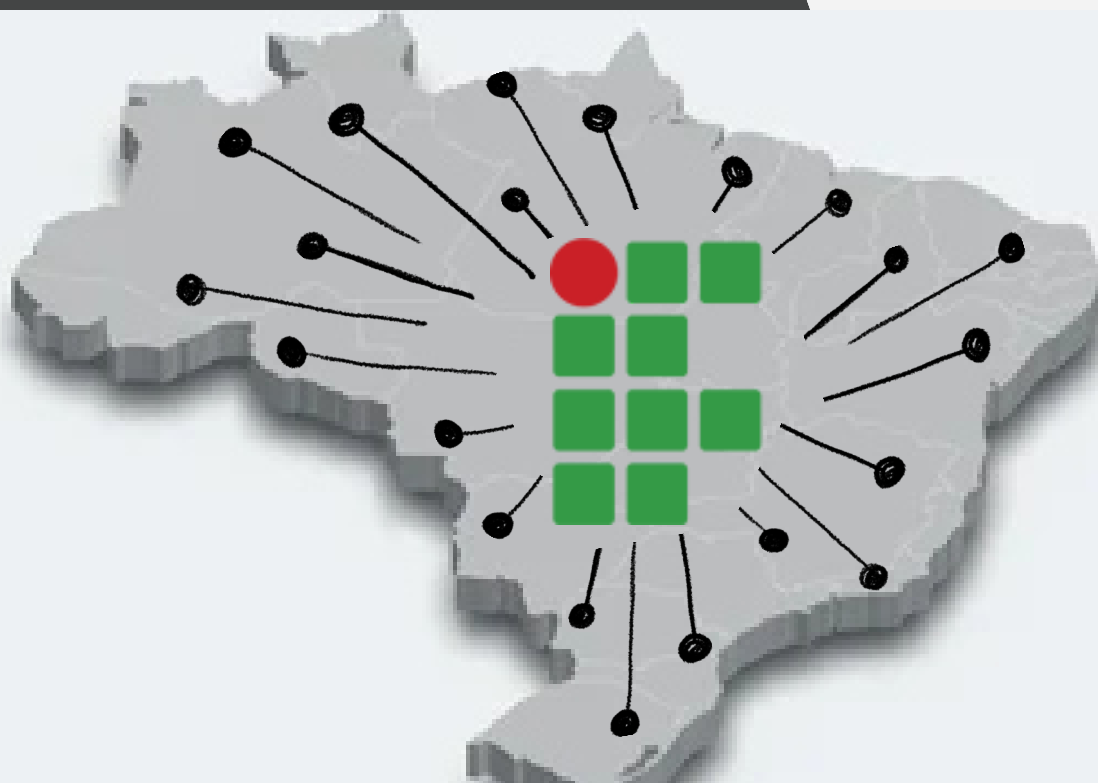
CONTEXTO DE APLICAÇÃO DA PROPOSTA

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) brasileira encontra-se inserida em um processo de expansão e consolidação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, especialmente a partir da criação dos Institutos Federais (IFs) pela Lei nº 11.892/2008 e, mais recentemente, pelo anúncio de mais de 100 novos campi. Presentes em todos os estados brasileiros, os IFs constituem uma institucionalidade com oferta pluricurricular e multicampi de EPT, abrangendo diferentes níveis e modalidades de ensino e tendo entre suas finalidades a promoção do desenvolvimento local e regional. Essa configuração atribui a essas instituições papel estratégico na articulação entre educação, trabalho e território, demandando que a expansão da oferta formativa e sua diversificação estejam relacionadas às características e necessidades das comunidades em que estão inseridas.

Nesse contexto, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) expressa em seus Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) dos ciclos 2019-2023 e 2024-2028, o objetivo estratégico de “aperfeiçoar critérios para criação de cursos e vagas” (IFRS, 2018, 2023).

A proposição deste trabalho ocupa tal espaço institucional, buscando apoiar a tomada de decisão, o acompanhamento da oferta e dos elementos relevantes ao processo de criação de cursos e vagas em um cenário no qual a existência de vagas ociosas e evasão evidenciam a necessidade de maior aderência entre os cursos ofertados e as características da comunidade e seu território. Ao propor um roteiro de perguntas orientadoras e a seção de monitoramento, o manual busca contribuir para uma leitura mais analítica e sistematizada dos elementos internos e externos à instituição, envolvidos no processo, aumentando as chances de sucesso da política pública e fortalecendo a articulação com a sociedade e o mundo do trabalho.

Essa perspectiva converge com a responsabilidade social das instituições de ensino, o potencial da EPT no desenvolvimento socioeconômico da região e individual de seus integrantes, bem como com a Agenda 2030 da ONU, especialmente os ODS 4, 8 e 9, relacionados à educação de qualidade, ao trabalho decente e crescimento econômico e à indústria, inovação e infraestrutura, contribuindo para as metas 4.4, 8.3, 9.5 e 9.b.



PÚBLICO-ALVO DA PROPOSTA

O Manual Orientador para Proposição de Cursos e Vagas foi desenvolvido a fim de auxiliar os agentes públicos que participam do planejamento, do estudo da viabilidade, da criação e do acompanhamento dos cursos técnicos e de graduação no IFRS, podendo ser utilizado por outros IFs com pequenos ajustes em suas particularidades institucionais e locais. Aplica-se a:

EQUIPES DE PLANEJAMENTO

Grupos responsáveis pelo planejamento de cursos e vagas no PDI, preferencialmente, de composição multidisciplinar, que reúnam habilidades e competências diversas para análise interna e externa do contexto em que ocorre a proposição de cursos.

GESTORES DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (DI)

Responsáveis pelo estudo de viabilidade do curso, representado no IFRS pelo Relatório de Desenvolvimento Institucional (RDI). Transitam pelas equipes de planejamento e comissões de elaboração do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), sendo atores chave para conexão entre a proposição e a criação dos cursos.

COMISSÕES DE ELABORAÇÃO DO PPC

Grupos responsáveis pelo currículo e aspectos pedagógicos do curso, perpassando também a justificativa do curso, a definição dos docentes e técnicos administrativos que atuarão no curso e a identificação das infraestruturas necessárias a sua implementação.

COLEGIADOS DE CURSOS

Grupos responsáveis pelo monitoramento e revisão dos cursos.





SITUAÇÃO PROBLEMA

Os IFs têm enfrentado historicamente a necessidade de gerir vagas remanescentes. Ao observar dados da PNP (Brasil, 2026) e do Censup (Brasil, 2025), em série histórica, verifica-se, no conjunto de instituições da Rede Federal e no IFRS:

VAGAS OCIOSAS AO INGRESSO

- Média de 16,49% nos 38 IFs de 2018 a 2025, com destaque para o percentual de **17,10% em cursos técnicos no ano de 2025** (Brasil, 2026);
- Média de 7,09% no IFRS de 2018 a 2025, com destaque para **21,23% em cursos técnicos no ano de 2022** (Brasil, 2026);
- Média de 35,33% nos **cursos de graduação** de IFs e Cefets da Rede Federal de 2018 a 2024, com destaque para o **máximo de 57,65% em 2023** (Brasil, 2025);
- Média de 25,8% nos **cursos de graduação** do IFRS de 2018 a 2024, com destaque para o **máximo de 45,55% em 2022** (Brasil, 2025);

EVASÃO

- Média de 16,54% nos 38 IFs da Rede Federal de 2018 a 2025, com destaque para os **máximos de 19,58% em 2022 e 19,15% em 2018** (Brasil, 2026);
- Média de 10,20% no IFRS de 2018 a 2025, com o **máximo de 19,91% em 2019** (Brasil, 2026).



Os Institutos Federais têm por finalidades e características: [...]
Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal.

(Brasil, 2008, art. 6º, IV)



É problemática a abertura de cursos que não conseguem fazer a colocação de egressos no mundo do trabalho ou que se extinguem rapidamente, devido a um curto ciclo de vida ou viabilidade não concretizada pela baixa adesão de alunos ou alta evasão, implicando no risco de aplicação indevida de recursos financeiros, de pessoal ou de infraestrutura.

(Wichrestink, 2016; Neves, 2019; Oliveira, 2020; Pozzer; Neuhold, 2024)

Embora haja diretrizes gerais da legislação e tentativas de sistematização de metodologias que orientem o processo de proposição de cursos, Filippim e Moreschi (2020) relatam a tímida parceria com agentes externos e a percepção destes de que os cursos não atendem as demandas da região. Maciel et al. (2024) indicam a preponderância do fator político sobre o diagnóstico das potencialidades locais, indo ao encontro de Galvão (2021), que afirma que muitas vezes a decisão de criar cursos fica restrita ao senso comum, se baseando em audiências públicas ou plebiscitos.



É necessário uma maior abertura dos IFs à interação com a comunidade, permitindo-se influenciar e ser influenciado, já que é inegável o potencial de impacto positivo dessas instituições no desenvolvimento regional.

(Pozzer; Neuhold, 2024)

Assim, com base em Revisão Sistemática de Literatura (RSL) buscou-se diagnosticar a abrangência dos normativos do processo de proposição de cursos nos 38 IFs, com aprofundamento para a prática do IFRS, a fim de viabilizar a proposta de manual orientador que subsidie tomadas de decisão mais analíticas.

TRIANGULAÇÃO DOS RESULTADOS:

Elementos da literatura + Elementos institucionais + Processos e entrevistas IFRS

A RSL, formada majoritariamente por estudo internacionais, revelou 8 elementos relevantes à proposição de cursos, com recorrência de parcerias e da identificação de necessidades sociais e do mercado de trabalho por meio da aproximação com agentes externos. O uso de big data e ferramentas de predição também se destacaram em estudos mais recentes, ainda que sem substituir os espaços de diálogo com a comunidade. A **complexidade da integração entre os elementos** e o **papel central do planejamento estratégico nessa articulação** foram destacados por essa etapa do estudo.

ELEMENTOS RELEVANTES	NORMATIVOS 38 IFs	NORMATIVOS IFRS
Capacidade institucional	100% (38)	
Planejamento estratégico	100% (38)	
Políticas públicas e legislação	100% (38)	
Motivação comunidade acadêmica	100% (38)	
Necessidades sociais e do mercado de trabalho	97,4% (37)	
Dados secundários e outros estudos*	89,5% (34)	
Vocações regionais e potencialidades locais*	76,3% (29)	
Redes de cooperação e parcerias	73,7% (28)	
Cursos correlatos em outras instituições/campi	63,2% (24)	
Aspectos culturais e políticos	7,9% (3)	

* Elementos incluídos pela análise documental dos 38 IFs, não identificados de forma expressiva na RSL, como os demais.

DOCUMENTOS DO PROCESSO

Cronograma OCV-PDI

Obrigatoriedade legal. Presente na quase totalidade dos IFs, mas pouco articulado ao processo operacional de criação de cursos e seu monitoramento.



Estudo de viabilidade

Ausente como instrumento formal em parte dos institutos, embora a pertinência, relevância e viabilidade do curso sejam tratadas de alguma forma.



Projeto Pedagógico do Curso

Obrigatoriedade legal. Presente em 100% dos institutos analisados, com estrutura mínima definida em Diretrizes Curriculares Nacionais (DNCs).



O processo está institucionalizado em diferentes níveis enquanto Rede Federal, refletindo a discricionariedade na construção dos normativos e a complexidade de um contexto de diferentes arranjos institucionais e práticas de governança.

No IFRS, embora 90% dos elementos e todos os documentos estejam presentes nos normativos, **a operacionalização do processo varia conforme o contexto de cada campus e as decisões dos agentes implementadores, não decorrendo apenas da aplicação da norma.**

Lacunas maiores aparecem nos normativos dos 38 IFs quando analisados os subelementos:

- Há fragilidade nas orientações quanto ao uso de métodos sistematizados de pesquisa de demanda, audiências públicas e identificação das potencialidades locais e vocações regionais, estando ausentes métodos de predição, tendência de busca por emprego ou identificação de lacunas de conhecimentos e habilidades. **O que também ocorre no normativo do IFRS.**
- Há baixa ocorrência de simpósios e visitas nas orientações, a fim de identificar “Necessidades sociais e do mercado de trabalho” e baixo detalhamento das potenciais “Redes de cooperação e parcerias”, sendo elas visualizadas mais em um contexto de atendimento legal a estágios obrigatórios, com governo e instituições de ensino, o que contrasta com a baixa ocorrência de indústrias, empresas e comunidade entre elas. **Esses três últimos atores parceiros e as visitas também estão ausentes no normativo do IFRS.**
- Há orientações pontuais quanto a observação da demanda por cursos correlatos ou a partir de projetos institucionais, **ausentes no normativo do IFRS.**

Predominam aspectos relacionados à capacidade institucional, ao planejamento estratégico, às políticas públicas e legislações e à motivação da comunidade interna no que tange vocação acadêmica, tanto nos normativos dos 38 IFs, quanto nos casos analisados no IFRS.



6 processos de criação de cursos técnicos e graduações
8 entrevistas de servidores que participaram dos casos

PONTOS FRACOS

- Limitação da capacidade institucional para proposição de novos cursos não alinhados às vocações do *campus*;
- Dificuldade de acesso automatizado a dados da capacidade institucional (pessoal/infraestrutura) e suas prospecções, que se restringem mais a controles próprios de servidores em cargos de gestão;
- Conhecimento setorizado sobre legislações e normativos, dificultando a apropriação pelas equipes responsáveis pelo processo;
- Diferentes níveis de entendimento da Lei de Criação.
- Ausência de metodologia institucionalizada para pesquisa de demanda/acompanhamento de egressos e sua periodicidade de realização;
- Pesquisas de demanda parciais, com participação limitada dos diferentes atores da EPT (maior foco em estudantes do ensino fundamental e médio);
- Dificuldades na articulação e comunicação com atores externos, com investigação da demanda potencial por meio de cartas de apoio e inferências a partir de dados secundários e outros estudos;
- Ausência/limitação dos dados secundários disponíveis e dificuldades na articulação com outras fontes;
- Sobrecarga de trabalho e falta de fortalecimento das equipes que conduzem e assessoram o processo;
- Influência das concepções docentes na escolha dos cursos, ainda que em casos específicos.
- Diferentes níveis de coordenação e fortalecimento das conexões existentes entre os documentos do processo, incluindo a oferta no processo seletivo;
- Entendimento pouco consolidado sobre a gestão sistematizada de riscos.

PONTOS FORTES

- Fortalecimento das normativas institucionais, com maior vinculação entre planejamento estratégico e a proposição e criação de cursos;
- Percepção preponderante de que aspectos técnicos se sobrepõem a aspectos políticos e culturais, devido ao fortalecimento das normativas;
- Composição multidisciplinar das comissões de planejamento, registrada a participação de especialista em estatística em um dos casos;
- Apoio da gestão para viabilizar a oferta de curso, seja ao adequar espaços e cargas horárias ou ao providenciar a aquisição de infraestrutura e a contratações de profissionais em quantitativo moderado;
- Uso de parcerias e emendas parlamentares para ampliação da capacidade institucional;
- Abertura de espaço para maior protagonismo dos atores externos na identificação da demanda, proposição e criação do curso, ainda que com ocorrência pontual;
- Aplicação de pesquisa de demanda em escolas, fortalecendo a visibilidade da instituição;
- Utilização dos dados do processo seletivo como fonte para identificação de demanda para ampliação da oferta;
- Entendimento de que os dados secundários devem embasar o processo decisório, mas sem substituir a aproximação com a comunidade e a investigação direta da demanda potencial.
- Preponderância do interesse docente como elemento motivador da oferta, articulado à formação necessária ao curso, e não a interesses pessoais.

OBJETIVO DA PROPOSTA

A proposta tem como objetivo orientar e sistematizar o processo de proposição de cursos e vagas no IFRS, qualificando a tomada de decisão sobre quais cursos ofertar. Ao tornar essa decisão mais analítica, considerando a inter-relação entre os elementos relevantes e seu monitoramento, pretende-se:

Apoiar a identificação de cursos mais alinhados às necessidades da comunidade e aos propósitos institucionais.

Fortalecer a relação entre atores internos e externos.

Contribuir para a eficiência dos cursos, especialmente, pela redução de vagas ociosas e da evasão.

Identificar, de forma mais sistematizada, os ajustes necessários aos cursos.



LINHAS DE ATUAÇÃO RECOMENDADAS

A partir do estudo de caso, recomenda-se para o fortalecimento institucional do processo:

- Aprimorar continuamente as normativas e ferramentas do processo, aproximando cada vez mais a proposição, criação e monitoramento de cursos dos instrumentos de planejamento, entre eles o PDI, mas também o Plano de Ação;
- Fortalecer a estrutura responsável pelo DI dos *campi*, para que este articule o processo de proposição de cursos na instituição, garantindo capacitações e disponibilidade para a dedicação necessária;
- Implementar observatório, estrutura organizacional ou projeto de pesquisa institucional, vinculado a PRODI, que atue para produzir, organizar e analisar dados sobre as necessidades do território, bem como para elaborar metodologia de pesquisa de demanda por eixo formativo e para acompanhar a inserção de trabalho dos egressos, assegurada a participação de servidores dos *campi* e de parcerias externas;
- Criar espaço de discussão coletiva e periódica sobre: (i) atualizações normativas e legais relacionadas ao processo; (ii) análise de indicadores, dados e projeções dos censos; e (iii) problemáticas enfrentadas na oferta, a exemplo de cursos com baixa procura;
- Fortalecer a comunicação institucional e a curricularização da extensão, visando aproximar-se mais de atores externos, bem como institucionalizar simpósios periódicos e multicampi por eixo tecnológico para discussão das demandas da área, com participação dos atores externos;
- Avaliar a necessidade de capacitação quanto aos convênios, a fim de identificar dificuldades e possíveis barreiras enfrentadas no momento de sua formalização junto aos agentes externos.

PTT – PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

INTER-RELAÇÃO ENTRE OS ELEMENTOS

A proposição de cursos revela-se como resultado de um processo interpretativo, impactado pela capacidade institucional instalada, que deve integrar os elementos e combinar fontes de informação. O êxito de uma proposta não está relacionado diretamente com o número de elementos ou subelementos considerados, mas sim a consistência da análise e nível de integração interna e externa com que este foi concebido.

A representação abaixo mostra o relacionamento entre os elementos do estudo, sinalizando aqueles internos, externos ou que transitam nas duas esferas.

A proposta de intervenção trata-se de um roteiro de perguntas orientadoras para direcionar a leitura de cada elemento relevante ao processo de proposição de cursos e vagas e suas inter-relações. Junto as questões são apresentados alguns trechos de destaque e links de documentos ou páginas de dados, que nortearão os estudos, a análise interpretativa e as decisões dos implementadores da expansão da oferta de EPT no IFRS. Além disso, ao final do roteiro de perguntas, propõem-se um conjunto de indicadores para o monitoramento desses elementos, que junto com as linhas de atuação apresentadas anteriormente, podem fazer com que o processo seja fortalecido na instituição.

Durante a leitura e utilização do manual orientador, é possível identificar cada elemento em destaque, como subtítulo da seção. Logo abaixo, são listados seus subelementos. Dois ícones são apresentados ao longo do manual, sinalizando:

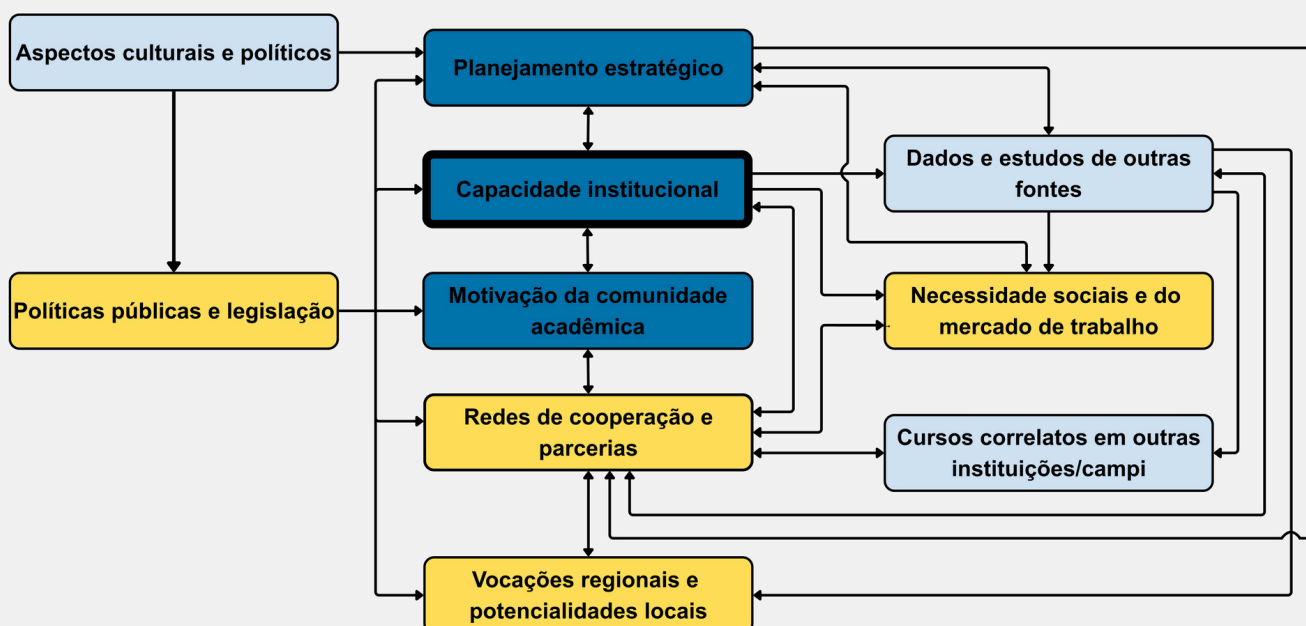


cada pergunta orientadora.



a proposta de um indicador de monitoramento, ao final da seção.

Legenda: ● Elementos internos ○ Elementos internos e externos ● Elementos externos



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (INTERNO)

Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Missão, Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Diretrizes acadêmicas e institucionais

➤ O planejamento dos cursos no PDI considerou a inter-relação entre todos os elementos relevantes a uma proposição, articulando elementos internos e externos?

➤ O curso foi previsto no PDI e será ofertado conforme o planejamento prévio? 

➤ O curso está em consonância com a missão e o PPI do IFRS?

Missão do IFRS

Ofertar educação profissional, científica e tecnológica, inclusiva, pública, gratuita e de qualidade, promovendo a formação integral de cidadãos para enfrentar e superar desigualdades sociais, econômicas, culturais e ambientais, garantindo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e em consonância com potencialidades e vocações territoriais.

➤ As diretrizes institucionais para proposição de curso, entre elas: as orientações sobre a recuperação dos indicadores, as normativas da PRODI para revisão do PDI e elaboração do RDI, em consonância com resolução do Consup sobre o tema, foram consideradas? 

➤ As diretrizes acadêmicas vigentes para criação de curso, entre elas: as normativas da PROEN para elaboração do PPC e seus modelos, a Organização Didática (OD), e outras que tratam de aspectos curriculares e pedagógicos do curso foram consideradas?

➤ As necessidades para viabilizar o curso foram planejadas no Plano de Ação?

DESTAQUES OD PARA PROPOSIÇÃO DE CURSOS

- **Modalidade:** presencial ou a distância.
- **Turno dos cursos presenciais:** manhã, tarde, noite ou integral.
- **Duração da hora-aula:** 45, 50, 55 ou 60 minutos, devendo ser equivalente para todos os cursos ofertados pelo campus no mesmo turno.

Alterações de modalidade ou turno devem seguir os trâmites para alteração do PPC, com elaboração de RDI resumido.

Especificidades por tipo de curso:

CURSOS TÉCNICOS

- Seguir carga horária mínima prevista no CNCT, preferencialmente, ou mais;
- Se **integrados**, ofertar apenas na modalidade presencial com duração máxima de 4 anos ou séries e até 18 componentes curriculares por ano letivo, divididos entre núcleo de base comum e profissional;
- Se **integrados EJA-EPT**, ofertar na modalidade presencial ou parcialmente a distância, com duração de 4 a 8 semestres ou 2 a 4 anos, e até 10 componentes curriculares por período letivo, divididos entre núcleo de base comum e profissional;
- Se **subsequentes**, ofertar na modalidade presencial ou a distância, com duração de 2 a 5 semestres e até 10 componentes curriculares por semestre letivo, divididos entre núcleo de base comum e profissional;
- Se **concomitantes**, ofertar na modalidade presencial ou a distância, em regime semestral ou anual, com até 10 componentes curriculares por semestre letivo.

CURSOS DE GRADUAÇÃO

- Se **superiores em tecnologia**, ofertar na modalidade presencial ou a distância, com duração de 4 a 8 semestres e até 10 componentes curriculares por semestre letivo, divididos entre núcleo básico e tecnológico. Seguir carga horária mínima do CNCST, preferencialmente, ou mais;
- Se **bacharelados**, ofertar na modalidade presencial ou a distância, com organização semestral e até 10 componentes curriculares por semestre letivo;
- Se **licenciaturas**, observar a legislação vigente.

CAPACIDADE INSTITUCIONAL (INTERNO)

Corpo docente, corpo técnico, infraestrutura (salas, laboratórios, biblioteca, acervo, acessibilidade), financiamento institucional e estrutura organizacional (coordenação e setores responsáveis).

- O campus possui docentes com carga horária disponível para oferta de um curso novo? Em que áreas?



CARGA HORÁRIA DOCENTE PARA AULA

- Docente 40 horas com ou sem dedicação exclusiva = 14 a 16 horas semanais;
- Docente 20 horas = 10 a 12 horas semanais.

Exceções no [Regulamento de atividades docentes do IFRS](#) (art. 26).

- O campus possui quantitativo suficiente de técnicos administrativos para apoiar um novo curso?

- Há possibilidade de ampliação do corpo técnico e docente considerando a tipologia do campus e as diretrizes de dimensionamento, previstas na [Portaria MEC nº 713/2021](#) e suas alterações, a exemplo da [Portaria MEC nº 327/2026](#)? As articulações necessárias para sua viabilização foram feitas e tem resposta positiva?

- Acordos de cooperação ou parcerias podem ampliar a capacidade quanto ao corpo técnico ou docente para atuarem no novo curso?

- Há salas de aula disponíveis nos turnos de funcionamento do campus? Elas comportam um novo curso durante todo seu tempo de integralização? Em qual turno e com quantas vagas?



- A infraestrutura atende ao mínimo previsto no [Catálogo Nacional de Cursos Técnicos \(CNCT\)](#), no [Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia \(CNCST\)](#) ou nas [Diretrizes Nacionais Curriculares \(DNCs\)](#) das graduações para o quantitativo de vagas planejado? Bem como os critérios de acessibilidade?

- No caso de não atendimento da infraestrutura necessária, planejou-se sua construção, reforma ou aquisição a partir de recursos orçamentários ou extraorçamentários (plano de ação)? Há possibilidade de viabilizá-la por meio de acordos de cooperação ou parcerias?



- A proposta do novo curso contribui para a viabilidade financeira do *campus*, considerando os parâmetros da Portaria MEC nº 243/2026, ou outra subsequente, que estabelece a matriz de distribuição orçamentária?

Ao considerar os diferentes tipos de cursos ofertados pelos IFs, a matriz orçamentária trata as matrículas totais, no bloco “funcionamento”, calculado no âmbito dos campi e correspondente a 80% do orçamento, já deduzidos os valores destinados à assistência estudantil, de forma a:

Equalizar

pela carga horária padrão de 800 horas anuais, considerando a carga horária prevista nos catálogos de curso de forma anualizada, e pelos dias ativos do ciclo no período analisado.

Ponderar

conforme o peso de cada curso, considerando o quantitativo de laboratórios profissionalizantes previstos no catálogo de cursos técnicos, como critério de referência, mas também o tipo de curso e a modalidade de oferta:

Bonificar

em 50% os cursos de agropecuária, aplicado às matrículas ponderadas.

CRITÉRIOS DE PONDERAÇÃO

LABORATÓRIOS (CRITÉRIO DE REFERÊNCIA)

- 1 laboratório: peso 1,0;
- 2 laboratórios: peso 1,5;
- 3 laboratórios: peso 2,0; e
- 4 ou mais laboratórios: peso 2,5.

TIPO CURSO

- Técnicos: peso conforme critério de referência;
- Integrados: peso mínimo de 1,5, devido aos laboratórios propedêuticos;
- Proeja e licenciaturas: peso 2,5; e
- Bacharelados e tecnólogos: verticalização do critério de referência dos técnicos.

MODALIDADE

- A distância com financiamento próprio: equivalente a 80% do curso presencial;
- A distância com financiamento externo: equivalente a 25% do curso presencial.

- Os recursos disponíveis ou planejados atendem as condições de oferta do novo curso, referente a aulas e atividades no contraturno, disponibilização de alimentação escolar, turno e transporte? Há possibilidade de viabilizar alguma dessas questões por meio de acordos de cooperação ou parcerias?

- As funções de coordenação e estruturas organizacionais para o curso foram planejadas e sua viabilização articulada?

MOTIVAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA (INTERNO)

Vocação acadêmica (verticalização), interesse do corpo docente, departamentos e alunos, projetos de ensino, pesquisa, extensão ou indissociáveis

- O curso proposto verticaliza em eixo tecnológico já consolidado no campus, possibilitando a otimização dos recursos da capacidade institucional?
- Há apoio da gestão, motivação dos docentes e alinhamento institucional no âmbito do campus e da reitoria para a oferta do novo curso proposto?
- Há espaços coletivos de manifestação e evidências do interesse coletivo (não apenas individual) da comunidade acadêmica para oferta do curso? Este foi subsidiado por estudo de elementos externos sobre as necessidades e potencialidades, bem como internos, especialmente, no que se refere a capacidade institucional?
- Projetos de ensino, pesquisa, extensão ou indissociáveis embasaram a proposta? Estes são desenvolvidos em parceria com agentes externos, a fim de aproximar as necessidades sociais e do mercado de trabalho das ofertas novas ou já existentes, favorecendo a retroalimentação do currículo e a inovação?



POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÃO (EXTERNO)

Diretrizes legais e critérios de avaliação do curso, programas governamentais e regulamentações específicas de área.

- O curso contribui para o atendimento dos percentuais legais previstos na Lei de criação dos Institutos Federais: 50% cursos técnicos, preferencialmente integrados, ou 20% cursos para formação de professores? Ou ainda para o atendimento do percentual de 10% de cursos técnicos para EJA-EPT?
- Considerou-se as seguintes referências em diálogo com a Lei de criação?
 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
 - Plano Nacional de Educação (PNE);
 - DNCs Gerais da EPT;
 - Sistemas de avaliação e seus instrumentos (SINAES, SINAEPT);
 - Outras políticas intersetoriais relacionadas a EPT, como a política industrial, e programas indutores, como o incentivo fiscal aos estados para oferta de EPT.
- O critério de verticalização é observado pela proposta, nos termos do Decreto nº 9.235/2017 (art. 40, § 3º), que prevê a oferta de cursos superiores apenas quando da oferta prévia de cursos técnicos na mesma área?
- As portarias de dimensionamento de pessoal e cálculo orçamentário, citadas no elemento "Capacidade Institucional" foram contempladas nas análises?
- A proposta está de acordo com as diretrizes específicas do curso, conforme CNCT, CNCST ou DNCs?



NECESSIDADES SOCIAIS E DO MERCADO DE TRABALHO (EXTERNO)

Identificação de lacunas de conhecimentos e habilidade (empregadores, indústria e entidades representativas | público alvo em potencial | sites de emprego por mineração de dados), Pesquisa de demanda, Simpósios, Visitas, Audiências públicas e reuniões externas, Cartas de apoio, Tendência na busca por empregos.

➤ O público-alvo do curso foi identificado e seu interesse pesquisado através de **amostra representativa e método declarado**? A escolaridade mínima foi atendida ou está em andamento?

➤ As preferências de turno, modalidade, área e duração do curso (quando aplicável) foram investigadas?

➤ Consultou-se de forma aprofundada outros interessados que se relacionam de alguma forma ao curso proposto, a fim de identificar as necessidades externas? Houve espaços coletivos de compartilhamento dessas percepções?

Procure coletar as percepções de **TODOS** os interessados relacionados o curso. Cartas de apoio podem formalizar, mas não dispensam uma interação mais abrangente com esses atores.

Considerando a **ÁREA/EIXO**, consulte:

- Egressos de cursos da área/eixo;
- Especialistas e professores que já atuam em cursos similares;
- Trabalhadores, empregadores e entidades representativas de classe;
- Associações, confederações e conselhos profissionais;
- Câmaras temáticas, secretarias municipais e estaduais correlatas.

PÚBLICO-ALVO (OD IFRS)

CURSOS TÉCNICOS

- Integrados: portadores do certificado de conclusão do Ensino Fundamental;
- Integrados EJA-EPT: portadores do certificado de conclusão do Ensino Fundamental, maiores de 18 anos;
- Subsequentes: portadores de certificado de conclusão de Ensino Médio;
- Concomitantes: estudantes que estejam cursando o Ensino Médio em outras instituições de ensino.

CURSOS DE GRADUAÇÃO

- Portadores do certificado de conclusão do Ensino Médio.

➤ O processo seletivo do campus para cursos de mesma área ou eixo sinalizam a existência de demanda para além das vagas já ofertadas?



➤ A análise dos dados primários obtidos foi subsidiada e complementada pela análise de dados secundários e outros estudos?

➤ Utilizou-se técnicas de coleta e análise de tendências de busca por empregos e das competências e habilidades requeridas?

VOCAÇÕES REGIONAIS E POTENCIALIDADES LOCAIS (EXTERNO)

Arranjos produtivos, sociais e culturais

➤ As vocações e potencialidades produtivas, sociais e culturais específicas do território estão ou foram mapeadas e analisadas em conjunto com os dados coletados sobre as necessidades sociais e do mercado de trabalho?

➤ O curso proposto atende alguma lacuna para o desenvolvimento dessas vocações e potencialidades?

REDES DE COOPERAÇÃO E PARCERIAS (EXTERNO)

Comunidade (tradicionais locais, sociedade civil organizada), governo, instituições de ensino, indústrias e empresas.

- Há convênios ou acordos de cooperação celebrados com representantes da comunidade, do governo, outras instituições de ensino, indústria ou empresas vinculadas a área do curso?
- Especialistas de outras instituições de ensino que ofertam cursos correlatos colaboraram com a construção e desenvolvimento do curso, a fim de captar a visão de outros profissionais que têm experiência prática com o curso?
- As parcerias existentes ou potenciais para o curso foram identificadas e contatadas a fim de verificar as necessidades e as potencialidades da área, coletando informações que subsidiem a proposta do curso, seu currículo, bem como a disponibilidade para estágios obrigatórios e não obrigatórios, projetos, visitas e atividades de práticas?
- Dados coletados e analisados em parcerias com outras instituições foram utilizados para ampliar a análise externa que embasa a proposta do curso?
- A necessidade ou possibilidade de ampliar a capacidade institucional para viabilizar a oferta do curso foi verificada e formalizada?



A EPT deve ser constituída de instituições autônomas, responsivas e com potencial de liderar mudanças e inovações nas comunidades locais.

(Billett, 2025)

ASPECTOS POLÍTICOS E CULTURAIS (INTERNO E EXTERNO)

Condicionantes políticas e culturais que interfiram na tomada de decisão e nas condições de oferta do curso.

- Os alinhamentos internos realizados e a tomada de decisão para proposição do curso tiveram eventuais critérios políticos superados por questões técnicas do processo?
- O panorama político e cultural do município, estado e federação implicam em políticas públicas favoráveis para ampliação de cursos e suas condições de oferta? Buscou-se um alinhamento com esses entes de forma a evidenciar a importância da política pública de EPT, viabilizando ações que favoreçam seus resultados?
- Há condicionantes culturais internas interferindo em uma proposição de cursos alinhada às normativas internas e aos fluxos institucionais, gerando um distanciamento entre o planejamento e sua real efetivação? Tais condicionantes puderam ser atenuadas para viabilizar a proposta do curso?

DADOS SECUNDÁRIOS E OUTROS ESTUDOS (INTERNO E EXTERNO)

Ambientais, Demográficos, Educacionais, Socioeconômicos

➤ Os dados e estudos utilizados correspondem à área de atuação do curso e influência ou abrangência do *campus* (e não a recortes genéricos, regionais ou nacionais amplos demais)?

ÁREA DE ATUAÇÃO DO CURSO

- Utilize como referência os campos de atuação e as ocupações associadas da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), apresentadas pelos catálogos nacionais de curso (CNCT e CNCST) e o Painel: “As Ocupações e o Mercado de Trabalho Assalariado Formal”.

➤ Os dados e estudos utilizados foram analisados de forma combinada entres e entre os dados primários coletados, às questões legais e de capacidade institucional?

ÁREA DE INFLUÊNCIA/ABRANGÊNCIA DO CAMPUS

- Utilize dados de delimitação de centros urbanos, municípios, microrregiões, mesorregiões, estados limítrofes (IBGE), bem como a origem dos estudantes identificada pelo processo seletivo.

Dados	Descrição	Fonte
Características e variação da população na área de influência/abrangência	Indicador de características e quantitativo de público-alvo (focar nas faixas etárias relacionadas e sua projeção)	@CIDADES (IBGE)
Articulações viárias e fluxos de pessoas	Indicador do fluxo potencial de estudantes e das facilidades ou dificuldades de mobilidade para acessar os cursos	DNIT e REGIC, Logística dos Transportes (IBGE)
Matrículas e concluintes do ensino médio e concluintes do ensino fundamental	Indicador de público potencial para ingresso: para técnicos integrados, comparar matrículas do ensino médio de respectivo ano com concluintes do ano anterior; para técnicos subsequentes, utilizar matrículas do ensino médio não vinculadas a cursos técnicos; para técnicos subsequentes e graduações, utilizar concluintes do ensino médio	Educacenso (INEP)
Procura por cursos correlatos (relação candidato/vaga)	Indicador da demanda por formação na área e da viabilidade ou não de sobreposição de cursos	Educacenso e Cesup (INEP), PNP
Atividades econômicas: VAB, emprego e ocupação	Indicador dos atividades econômicas em expansão ou estratégicas, das que mais demandam trabalhadores, seus fluxos de admissão e demissão ou desemprego	PIB (IBGE) e PDET (MTE)
Licenciamentos ambientais	Indicador de novos empreendimentos e possíveis potencialidades do território	IBAMA

CURSOS CORRELATOS (INTERNO E EXTERNO)

Oferta, Demanda, Currículo

➤ Existem cursos correlatos na região? Eles são públicos ou privados? Ofertados de forma presencial ou a distância? O quantitativo de matrículas ativas é expressivo tendo em vista a duração do curso?



➤ Como são os índices de procura pelos cursos correlatos na região? A demanda motivaria a proposição do curso ou causaria sobreposição?

➤ Há cursos a distância nacionais ou internacionais que podem prejudicar a procura pelo curso?

➤ Os currículos desses cursos trazem temáticas que podem ser consideradas no curso a ser proposto no IFRS?

➤ Parcerias foram realizadas no intuito de que outros profissionais com experiência na oferta do curso pretendido pudessem contribuir em sua proposição?

MONITORAMENTO



Classificação	Indicador	Fórmula
Indicadores de capacidade institucional	Carga horária docente disponível por área	$\Sigma (\text{número de docente por regime de contratação e área} * \text{carga horária máxima de sala de aula}) - \Sigma (\text{número de docente por regime de contratação e área} * \text{carga horária utilizada em sala de aula})$
	Salas de aula e ocupação disponível	$\Sigma (\text{número total de salas} * \text{ocupação} * \text{turnos de funcionamento do campus}) - \Sigma (\text{número de salas utilizadas} * \text{ocupação} * \text{turnos disponíveis})$
	Relação de alunos por professor (RAP) – fonte: PNP	RAP = ((MeqCG * FCG) + MeqDC) / DEq MeqCG (Matrículas Equivalentes em Cursos de Graduação); FCG (Fator de Correção de Graduação); MeqDC (Matrículas Equivalentes nos Demais) e DEq (Docentes Equivalentes)
Indicadores de oferta	Índice de aderência da oferta executada ao planejamento por tipo de curso, de oferta e modalidade	$\Sigma \text{vagas ofertadas} / \Sigma \text{vagas planejadas}$
	Percentual de vagas em cursos técnicos, de formação de professores e PROEJA/EJA-EPT	$\Sigma \text{vagas ofertadas em cursos técnicos, de formação de professores e EJA-EPT} / \Sigma \text{vagas ofertadas}$
Indicadores de procura	Relação candidato por vaga no processo seletivo por curso, tipo de curso, de oferta e modalidade	$\Sigma \text{inscritos} / \Sigma \text{vagas ofertadas na instituição}$
	Relação candidato por vaga de cursos correlatos	$\Sigma \text{inscritos} / \Sigma \text{vagas ofertadas em cursos correlatos de outras instituições e campi}$
Indicadores de desempenho acadêmico	Índice de eficiência acadêmica geral, por curso, tipo de curso, de oferta e modalidade (IEA%) – fonte: PNP	IEA% = CCiclo + [(CCiclo / CCiclo + EvCiclo) * RCiclo] x 100 CCiclo (% Conclusão Ciclo), EvCiclo (% Evasão Ciclo); RCiclo (% Retenção Ciclo)
	Taxa de ocupação geral, por curso, por tipo de curso, de oferta e modalidade (TO%) – fonte: PNP	TO% = M / V Ciclos DNE M (matrículas); V Ciclos DNE (Vagas em ciclos com data não expirada)
	Taxa de evasão anual geral, por curso, por tipo de curso, de oferta e modalidade (EV%) – fonte: PNP	EV% = EV / M EV (evadidos); M (matrículas)
Indicadores territoriais e de relevância regional	Quantidade de parcerias por área	$\Sigma \text{convênios firmados por área ou eixo tecnológico}$
	Índice de projetos aplicados com parcerias	$\Sigma \text{projetos desenvolvidos em parceria} / \Sigma \text{projetos}$
	Taxa de empregabilidade do egresso geral e por área	$\Sigma \text{egressos empregados na área de formação} / \Sigma \text{egressos}$

NOTAS PARA APLICAÇÃO FUTURA

Para o monitoramento mais abrangente dos **Indicadores territoriais e de relevância regional** por meio do elemento “**Dados secundários e outros estudos**” faz-se necessário um estudo futuro exploratório das bases de dados brutos, dos dados já estruturados em painéis ou em arquivos de texto, permitindo a sistematização e o acompanhamento mais estruturado das variáveis ambientais, demográficas, educacionais e socioeconômicas, sendo esta uma limitação do presente manual.

AUTORIA DA PROPOSTA

Bianca Eloize Moro

bianca.moro@estudante.uffs.edu.br

Mestranda do PROFIAP/UFFS.

Especialista em Gestão Pública na Educação Profissional e Tecnológica, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC).

Administradora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS).

Profa. Dra. Larissa de Lima Trindade

larissa.trindade@uffs.edu.br

Professora do PROFIAP/UFFS.

Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Imagem gerada com Canva IA 



BILLETT, S. Responsiveness at the Local Level: Building VET Systems to Advance Communities. **International Journal of Training and Development**, v. 29, n. 2, p. 140-148, 2025.
Disponível em: <https://doi.org/10.1111/ijtd.12351>.
Acesso em: 27 set. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Painel Estatístico Censo da Educação Superior. 2025. Versão 3.1. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaMGJlMmNiNTAtOTYlOC00ZjUzLTg2OGUtMjAzYzNiYTA5YjlliliwidCI6IjI2Zjc0ODk3LWM4YWMtNGlxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9&pageName=ReportSection4036c90b8a27b5f58f54>. Acesso em: 28 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 6 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Plataforma Nilo Peçanha. 2026. Disponível em:
<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoizDhkNGNiYzgtMjQ0My00OGVILWJjNzYtZWQwYjI2OThhYWMLiwiwidCI6IjllIjNjgyMzU5LWQxMjgtNGVkYiIiYjU4LTgyYjJhMTUzNDNmZiJ9>. Acesso em: 01 jun. 2026.

FILIPPIM, E. S.; MORESCHI, R. K. Educação Profissional e Tecnológica para o desenvolvimento regional no Brasil: a atuação do Instituto Federal de Santa Catarina. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 52, p. 216–232, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2020.52.216-232>. Acesso em: 6 out. 2025.

GALVÃO, M. D. O. **Método para auxílio no processo de criação de novos cursos em uma instituição federal de ensino**, 2021. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2021. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/22261>. Acesso em: 6 out. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS).
Conselho Superior. **Resolução nº 054, de 12 de
dezembro de 2023.** Aprova o Plano de
Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024 a 2028.
Bento Gonçalves: IFRS, 2023. Disponível em:
<https://ifrs.edu.br/documentos/resolucao-no-054-de-12-de-dezembro-de-2023-aprova-o-plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi-2024-a-2028/>. Acesso em: 31 out. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS).
Conselho Superior. **Resolução nº 084, de 11 de
dezembro de 2018.** Aprovar o Plano de
Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019–2023
do IFRS. Porto Alegre: IFRS, 2018. Disponível em:
<https://ifrs.edu.br/documentos/resolucao-no-084-de-11-de-dezembro-de-2018-aprovar-o-plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi-2019-2023-do-ifrs/>. Acesso em: 31 out. 2024.

MACIEL, M. C. B.; BARTH, E.; KROTH, D. C.; BOTELHO, L. de L. R.; BOFF, V. A. Entre expectativa e realidade: uma análise da percepção dos stakeholders sobre os impactos socioeconômicos da implantação de um Campus IFET. **Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL**, v. 7, n. 1, p. 48–70, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2024.e94780>. Acesso em: 6 out. 2024.

NEVES, P. C. dos S. **Proposta metodológica para a abertura de cursos técnicos integrados: uma análise do contexto local/regional.** Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13759192. Acesso em: 30 nov. 2024.

OLIVEIRA, G. V. de. **Contribuições para contemplar as demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho** nos cursos técnicos subsequentes do IFSC. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifsc.edu.br/handle/123456789/1474>. Acesso em: 27 set. 2025.

POZZER, M. R. O.; NEUHOLD, R. dos R. O desenvolvimento regional como eixo estruturante dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. **Prometeica – Revista de Filosofia y Ciencias**, v. 29, p. 41-82, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.34024/prometeica.2024.29.15280>. Acesso em: 6 out. 2024.

WICHRESTINK, A. N. **Proposta de metodologia para estudo de demanda de cursos técnicos no IFRS – Campus Osório**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Educacional) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/5199>. Acesso em: 30 nov. 2024.

PROTOCOLO DE ENTREGA DA PROPOSTA AOS PRATICANTES

À
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)

Pelo presente, encaminhamos o produto técnico-tecnológico intitulado "PROPOSIÇÃO DE CURSOS E VAGAS NO IFRS: UM MANUAL ORIENTADOR", derivado da dissertação de mestrado de mesmo título, de autoria de Bianca Eloize Moro. Os documentos citados foram desenvolvidos no âmbito do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap), instituição associada "Universidade Federal da Fronteira Sul".

A solução técnico-tecnológica é apresentada sob a forma de um Relatório Técnico Conclusivo com manual e seu propósito é orientar o processo de proposição de cursos e vagas no IFRS, qualificando a tomada de decisão sobre quais cursos ofertar, de forma a: (i) apoiar a identificação de cursos mais alinhados às necessidades da comunidade e aos propósitos institucionais; (ii) fortalecer a relação entre atores internos e externos; (iii) contribuir para a eficiência dos cursos, especialmente, pela redução de vagas ociosas e da evasão; e (iv) identificar, de forma mais sistematizada, os ajustes necessários aos cursos.

Solicitamos, por gentileza, que ações voltadas à implementação desta proposição sejam informadas à Coordenação Local do Profiap, por meio do endereço posg.profiap@uffs.edu.br

Bento Gonçalves - RS, ____ de _____ de 2026.

Registro de recebimento:

Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional do IFRS

Discente: Bianca Eloize Moro
Orientadora: Larissa de Lima Trindade, Doutora
Universidade Federal da Fronteira Sul
18 de agosto de 2026

ATRIBUTOS QUALIFICADORES DO PTT

1. Impacto

A demanda do presente PTT é **espontânea**, partindo do objetivo estratégico do IFRS de “aperfeiçoar critérios para criação de cursos e vagas”, registrado em seus últimos dois Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), que abrangem o período de 2019 a 2028; bem como da proximidade da pesquisadora com o processo de orientação desse planejamento no PDI e seus desafios. Somado a isso, a evidenciação de vagas ociosas e de evasão nos IFs, a partir de dados de órgãos de relevância nacional, e de lacunas e desconexões entre a prática e as prerrogativas legais dos IFs ou conceituais da EPT, manifestada por estudos prévios, demonstram a possibilidade de impacto deste produto na prática dessas instituições.

Assim, o **objetivo** de construir um manual orientador para ser utilizado na abertura e monitoramento de cursos e vagas do IFRS, tem potenciais impactos para **a qualificação da tomada de decisão institucional, a educação de qualidade, o trabalho decente e o crescimento econômico**, uma vez que ao contribuir para uma leitura mais analítica e sistematizada dos elementos internos e externos, envolvidos no processo de proposição de cursos e vagas, aumenta-se as chances de sucesso da política pública e do fortalecimento da articulação com a sociedade e o mundo do trabalho.

2. Aplicabilidade

O produto apresenta alta aplicabilidade potencial por responder diretamente a uma necessidade institucional do IFRS e por oferecer uma estrutura sistematizada para apoiar o planejamento, a análise de viabilidade, a proposição, a criação e o acompanhamento de cursos e vagas. A **abrangência realizada** materializa-se na elaboração e entrega do Manual Orientador à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODI) do IFRS, tendo como público-alvo equipes de planejamento, gestores de Desenvolvimento Institucional, colegiados de cursos e comissões de elaboração de Projetos Pedagógicos de Curso. A **abrangência potencial** alcança os diferentes campi e instâncias do IFRS, considerando que o manual articula perguntas orientadoras, fontes de dados e indicadores para subsidiar a tomada de decisão e o monitoramento da oferta, dependendo também da observação das linhas de atuação sugeridas, para o amplo fortalecimento do processo, assim como da apreciação do produto pelo comitê responsável e capacitação de seus usuários, conforme apontado pela PRODI, no parecer anexo. A **replicabilidade** decorre de sua estrutura adaptável, que permite ajustes aos normativos, fontes de informação e características institucionais e territoriais de outros Institutos Federais. O potencial de replicabilidade é reforçado pelo diagnóstico realizado nos 38 IFs, que apresentaram lacunas semelhantes às do IFRS. Assim, embora desenvolvido a partir da realidade do IFRS, o produto apresenta potencial de aplicação, disseminação e adaptação em diferentes contextos da Rede Federal.

3. Inovação

O produto tem **médio teor inovativo**, pois combina elementos previamente estabelecidos na literatura sobre proposição e planejamento de cursos, elementos identificados nos normativos dos 38 Institutos Federais e evidências obtidas na análise dos processos e entrevistas realizadas no IFRS, organizando-os em uma estrutura integrada e orientada à tomada de decisão. Seu diferencial está na **identificação e sistematização da inter-relação entre os elementos relevantes à proposição**, evidenciando que a decisão sobre a oferta de cursos resulta da análise integrada de fatores internos e externos, e não da consideração isolada de cada elemento. Essa abordagem é operacionalizada no manual por meio de perguntas orientadoras, fontes de dados e indicadores de monitoramento, articulados aos diferentes elementos e subelementos analisados.

4. Complexidade

O desenvolvimento e aplicação da proposta apresenta **alta complexidade**, pois envolve a disponibilização de diferentes dados institucionais e externos, a integração de conhecimentos provenientes de áreas distintas e a articulação das perspectivas e interesses dos atores envolvidos no processo decisório. A complexidade decorre, sobretudo, do fortalecimento institucional necessário para viabilizar a inter-relação entre esses elementos, subsidiando uma tomada de decisão institucional mais qualificada.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL
REITORIA DO IFRS
PRO-REITORIA DE DESENV. INSTITUCIONAL (REITORIA)

PARECER Nº 1/2026 - PRODI-REI (11.01.01.07)

Nº do Protocolo: 23419.004878/2026-55

Bento Gonçalves-RS, 26 de agosto de 2026.

À Administradora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)
Bianca Eloize Moro

Assunto: Apreciação do Relatório do Produto Técnico e Tecnológico (PTT) desenvolvido no Mestrado Profissional em Administração Pública da Universidade Federal da Fronteira Sul

Prezada,

Ao cumprimentá-la cordialmente, viemos pelo presente, apresentar algumas reflexões acerca do Produto Técnico e Tecnológico (PTT) intitulado "PROPOSIÇÃO DE CURSOS E VAGAS NO IFRS: UM MANUAL ORIENTADOR", derivado da dissertação de mestrado de mesmo título, e desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap), instituição associada "Universidade Federal da Fronteira Sul".

O Produto Técnico e Tecnológico (PTT) tem o objetivo de orientar e sistematizar o processo de proposição de cursos e vagas no IFRS, qualificando a tomada de decisão sobre quais cursos ofertar. O manual, a partir da proposição de um roteiro de perguntas orientadoras, busca contribuir para uma leitura mais analítica e sistematizada dos elementos internos e externos à instituição, envolvidos no processo, aumentando as chances de sucesso da política pública e fortalecendo a articulação com a sociedade e o mundo do trabalho. Além disso, ao final do roteiro de perguntas, propõem um conjunto de indicadores para o monitoramento desses elementos, que junto com as linhas de atuação apresentadas, sugere o fortalecimento do processo na instituição.

Primeiramente, é importante registrar a pertinência do tema abordado pelo manual. No contexto atual em que vivemos, especialmente, após a pandemia, a definição adequada dos cursos e vagas a serem ofertados pelas instituições de ensino é fundamental para a manutenção da procura por esses cursos, além da permanência dos estudantes que já ingressaram na instituição. Além do alinhamento às necessidades da comunidade e aos propósitos institucionais, o manual destaca, ainda, que o planejamento adequado pode contribuir para a eficiência dos cursos, especialmente, pela redução de vagas ociosas e da evasão.

O documento sugere uma relação de elementos que devem ser avaliados durante o processo de proposição de cursos e vagas, além de apresentar o relacionamento entre esses elementos, sinalizando aqueles internos, externos ou que transitam nas duas esferas. Alguns elementos apresentados no estudo, já fazem parte das orientações consideradas no IFRS para o planejamento de cursos e vagas, estando contemplados no Relatório de Desenvolvimento Institucional (RDI). Entretanto, o manual apresenta de forma detalhada esses elementos,

disponibilizando informações complementares no formato de links, além do formato de perguntas, sugerindo que respostas negativas, indicam a necessidade de revisão do planejamento. Por outro lado, também são considerados elementos no documento que não fazem parte do hall de critérios considerados pela instituição durante o processo de discussões que antecedem a abertura de novo curso e/ou área. Destaca-se aqui a pertinência desses últimos elementos passarem a fazer parte dos estudos do IFRS.

Durante toda a apresentação dos elementos considerados, as questões com maior relevância para o planejamento foram sendo destacadas e, ao final da seção, foi proposto um indicador de monitoramento para cada uma delas. Neste ponto, verifica-se uma ruptura com aquilo que é praticado no IFRS, indicando uma oportunidade para fomentar a discussão em um nível mais amplo, podendo-se, inclusive, transformar esse planejamento em critérios objetivos.

Considerando uma possibilidade de integração do PTT ao processo de planejamento de cursos e vagas do IFRS, seria fundamental que fosse realizada uma correlação entre os elementos considerados no manual, em especial, aqueles destacados para comporem o monitoramento e os pontos considerados no RDI, bem como, as orientações emitidas acerca da recuperação dos indicadores. Ainda considerando uma possível implementação do manual, seria de extrema importância a realização de uma ampla capacitação dos atores envolvidos no processo. Para iniciar a movimentação sobre sua possibilidade de sua implantação efetiva, pretende-se levar o PTT para discussão e apreciação no Comitê de Desenvolvimento Institucional.

Parabenizo a mestrandia e sua orientadora pelo documento produzido e permaneço à disposição.

Atenciosamente,

(Assinado digitalmente em 26/08/2026 12:26)

LIZIANE GARCIA TORCHELSEN

PRO-REITOR(A)

PRODI-ADJ (11.01.01.07.04)

Matrícula: ###112#7

Visualize o documento original em <https://sig.ifrs.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **1**, ano: **2026**, tipo: **PARECER**, data de emissão: **26/08/2026** e o código de verificação: **78c0517757**